

---

## *A dimensão narrativa das crônicas de Fernão Lopes*

*Susani Silveira Lemos França\**

---

**Resumo:** O presente ensaio aborda o problema da relação entre narrativa verdadeira e inventada nas crônicas do historiador português quatrocentista Fernão Lopes. O objetivo do trabalho é mostrar como o cronista não negligencia que, no seu percurso em busca de uma narração “verdadeira”, certos deslizes poderiam encaminhá-lo para o seu temível oposto: a narração fantasiosa. O texto contempla também como o notável trabalho de elaboração de uma suposta narrativa verdadeira por parte do cronista foi decisivo na história da apreensão das suas crônicas como História e Literatura.

**Palavras-chave:** historiografia, narrativa, Idade Média.

**Abstract:** This article examines the relationship between the true narrative and the invented one in the commentaries of 15th-century Portuguese historian Fernão Lopes. This work aims at showing that the chronicler did not forget to introduce some fiction acts in his narrative which was confounded with the supposed truth. The notable elaboration of the author, expressing himself as in a true narrative, was fundamental in terms of the apprehension history of his texts as history and literature.

**Key words:** historiography, narrative, Middle Ages.

---

No último século, as discussões sobre a relação entre História e narração recobrou forças e passou a ser contemplada sob ângulos até então pouco explorados por historiadores e críticos. A partir da década de 70, o termo narrativa, em uma acepção ampla, foi defendido como próprio da História por Paul Ricouer, Paul Veyne, Hayden White e outros. Para Ricouer, por exemplo, “a narrativa histórica e a narrativa de ficção dependiam das mesmas operações configurantes” e o que as opunha não dizia “respeito à atividade estruturante investida nas estruturas narrativas enquanto tais, mas

---

\* Professora na Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho (Campus de Franca). *E-mail:* slfranca@uol.com.br

sim à pretensão à verdade” (Ricouer, II, 1995, p. 10). Com essa teoria da narrativa, ele vai chamar inclusive *O Mediterrâneo*, de Braudel, obra sempre citada como modelo de história estrutural, de narrativa histórica.<sup>1</sup>

Numa perspectiva semelhante à de Ricouer, Veyne, em *Como se escreve a história*, recoloca o problema da relação entre História e narrativa, ao perceber o texto histórico no jogo entre a construção de uma “intriga” e o prazer do autor (Le Goff et al., 1989, p. 32). Retomando a pergunta *o que é a História?*, e recusando respostas de que é um estudo científico das atividades e criações humanas ou a ciência do homem em sociedade, ele opta pela polêmica definição de “romance verdadeiro” ou, mais adiante, “narrativa verídica”. O fundamento da revalorização da sua dimensão narrativa do fazer histórico é a convicção de que

a história é narrativa de acontecimentos e tudo o resto daí decorre. Assim como o seu congênera narrativo, o romance, a história seleciona, simplifica, organiza, faz resumir um século numa página e esta síntese da narrativa não é menos espontânea do que a da nossa memória, quando evocamos os dez últimos anos que vivemos (Veyne, 1983, p. 14).

Limitada pela perspectiva do historiador e se distinguindo do romance apenas pela pretensão à verdade, o seu tecido é, para Veyne, uma “intriga, uma mistura muito humana e muito pouco “científica” de causas materiais, de fins e de acasos; numa palavra, uma fatia de vida, que o historiador recorta a seu bel-prazer e onde os fatos têm as suas ligações objetivas e a sua importância relativa”, pois não existem isoladamente, apenas têm sentido dentro dessa intriga organizada pelo historiador (Veyne, 1983, p. 48).

Em sintonia com essas idéias, estão as reflexões de Hayden White, o qual, ao procurar escrever uma história da consciência histórica na Europa do século XIX, define o labor histórico como “uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa que pretende ser modelo, ou ícone, de estruturas e processos passados no interesse de **explicar o que eram, representando-os**” (White, 1995, p. 18). Tendo em conta essa estrutura da História, White define seu método como formalista e estabelece como objetivo a identificação dos componentes estruturais das descrições dos historiadores (White, 1995, p. 19), trajeto que o obriga a constantes paralelos com a narrativa ficcional.

Mas essas reflexões gerais sobre os elos estruturais entre a História e a narração interessam-nos aqui apenas como porta de entrada para uma reflexão sobre essa problemática no âmbito da cronística medieval portuguesa, mais especificamente nas crônicas de Fernão Lopes.

Ao contemplar seu fazer histórico, o cronista põe em cena toda a ambigüidade da palavra *história* nas línguas românicas, cujos sentidos transitam das ações realizadas pelos homens à narração dessas ações, isto é, a História pode ser definida tanto pela identificação com seu objeto – uma série de acontecimentos – quanto pelo apanágio de narrá-lo. E é por ser uma narração que ela se faz especialmente ambígua, dado que uma narração pode ser verdadeira ou falsa, sustentada na “realidade histórica” ou puramente imaginária; pode ser uma narração histórica ou uma fábula (Le Goff, 1984, p. 158).

Para não cairmos, contudo, no anacronismo de aplicar a Fernão Lopes reflexões de pensadores e historiadores como os citados, que sugeriram ou afirmaram que o papel do historiador é transformar texto em discurso sobre o real, convém interrogar as próprias crônicas de Fernão Lopes para ver como ele situa a questão da aproximação entre a narração histórica e a narração inventada.<sup>2</sup>

Nos primeiros séculos antes de Cristo, os gêneros históricos eram distinguidos tendo em conta a maior ou a menor dimensão do relato e recebiam o qualificativo de nobre ou de menor dependendo também da sua dimensão narrativa. De qualificativos semelhantes se serviu mais tarde (séc. IV d. C.) o célebre Eusébio de Cesaréia, autor da *História eclesiástica*.<sup>3</sup> O bispo considerava como maior, a História, por oferecer um relato mais amplo, e como menor, a crônica, por caracterizar-se pela brevidade e pela preocupação em fornecer a seqüência do tempo. A distinção valorativa, que a partir de 1100 se dilui à medida que a História, como ressalta Guenée, vai perdendo o aspecto retórico e se tornando mais técnica – ou seja, quando se multiplicam as listas, os catálogos, as genealogias e a História percebe que toda essa documentação de base tem para ela um interesse vital –, é especialmente sugestiva por apoiar-se no referido atributo tomado como intrínseco à História, a narração; tanto mais apreciado era o gênero quanto mais desenvolvido estivesse tal atributo.

Tão naturalizado era ele e tão associado a peripécias e a feitos notáveis que, ao longo da Idade Média, um dos tópicos da historiografia foi a preocupação em diferenciar-se da narração fantasiosa, da fábula. O cronista quatrocentista em questão, Fernão Lopes, diz, em uma de suas crônicas, que os excessos cometidos pelo historiador para embelezar a sua narrativa eram um caminho fácil para ultrapassar as fronteiras da História: “Para que diremos golpes nem forças nem outras razões compostas por louvor dalguns, nem história que os sensatos não hão de crer, de modo que de histórias verdadeiras façamos fábulas patranhosas?” (Lopes, 1977, cap. XLII, p. 98). O único traço distintivo entre a narração histórica e a fabulada era o compromisso com a verdade, pois o

conteúdo, os feitos de um homem ou de um grupo, sobretudo de nobres, ou os acontecimentos envolvendo um rei, um nobre ou um povo poderiam estar tanto em uma quanto em outra forma de narração.

Consciente disso, Fernão Lopes empenhava-se afincadamente em distingui-la de um gênero que teimava em rondá-la, a narração fantasiosa ou, como virá a ser chamada mais tarde, ficcional. O cronista português quatrocentista e seus contemporâneos preocuparam-se em afirmar e em reafirmar que o princípio por excelência que regia as suas crônicas era a verdade, daí que vissem as suas histórias mais como “verdade” do que como intriga.

Se, como vimos rapidamente, alguns historiadores do século XX entendem que a verdade está condicionada à construção, os cronistas medievais julgavam e defendiam que esta é que deveria estar submetida àquela. Daí que Fernão Lopes, Zurara e Rui de Pina – e poderíamos não ficar apenas com os portugueses, citando por exemplo, Afonso X, Pero López de Ayala, Jean Froissart – procurem definir os caminhos para se aproximar de uma verdade da qual se viam como intérpretes e que acreditavam previamente dada. O princípio de verdade que sustentava o fazer histórico do cronista amparava-se na crença subliminar na objetividade dos acontecimentos, isto é, na crença em que por meio da seleção adequada e do julgamento imparcial das fontes seria possível captar a essência dos sucessos e insucessos passados. Em outras palavras, na crença em que a verdade emanava dos próprios acontecimentos e ao historiador não cabia construí-la, mas sim, desvendá-la. É essa convicção que o motiva a trabalhar com “diligência e cuidado” (*Crônica dos sete primeiros Reis de Portugal*, v. I, p. 139). É ela que leva Fernão Lopes, no final de uma das narrativas de confrontos entre Portugal e Castela, a afirmar que ninguém deve supor que o que narra é para louvor dos portugueses e para denegrir seus contrários, mas porque assim aconteceu “de fato” (Lopes, 1977, cap. CVIII, p. 226).

É também essa crença que parece levá-lo a acusar alguns historiadores de terem feito à verdade “grande injúria” (Lopes, 1973, cap. CXLI, p. 250) ou de terem uma opinião “inimiga da verdade” (Lopes, 1973, cap. LXXV, p. 129). É ela que o leva a acreditar que, sendo honesto, diligente e empenhado em selecionar testemunhos e registros autênticos, ou seja, aprovados por muitos, conseguirá relatar os acontecimentos exatamente como ocorreram.

A *naturalidade* ou a interiorização da idéia de que a missão do cronista era buscar a verdade é visível em várias passagens da cronística medieval.<sup>4</sup> Além das referidas afirmações do mais célebre cronista português medieval, muitos outros indícios há de que havia uma verdade para ser achada e de que essa era a função das narrativas históricas.<sup>5</sup>

Para seguir no encaixo da verdade, evitando que a História deslizesse pelo seu temível oposto, a fábula, fundada não em verdade mas na invenção, os primeiros passos dos cronistas deveriam ser no sentido de evitar os excessos para embelezar sua narrativa (Lopes, 1977, cap. XLII, p. 98). A História não era para ser bonita, mas antes ordenada, simples, verdadeira (Lopes, 1973, prólogo, p. 2-3), concisa e sem negligenciar os acontecimentos importantes já registrados por outros historiadores (Lopes, 1979, cap. CVII, p. 291).

Mas ainda que muitas vezes as *verdades* defendidas pelo cronista medieval sustentem-se apenas com a afirmação de que assim é, sem que o leitor possa acompanhar que premissas amparam a sua escolha ou conclusão, o certo é que ele procura se apresentar ao leitor como aquele a quem cabia legitimar uma visão do passado como sendo a verdadeira.

Apesar de saber que o terreno da História nem sempre é firme, ou porque era preciso lidar com acontecimentos passados em tempos mais remotos, ou porque sobre determinados aspectos as fontes são parcas (Lopes, 1979, cap. XXV, p. 43), ou porque discordam os autores sobre determinados pontos (Lopes, 1979, cap. VIII, p. 15), ou ainda porque alguns historiadores não fazem alusão a “coisas necessárias de saber” e deixam outras tantas “carregadas de grandes dúvidas” (Lopes, 1979, cap. XLVII, p. 127), a ambição do cronista era assenhorear-se da verdade e afastar-se da invenção.

Tal empenhamento visando estabelecer uma verdade, contudo, não conseguiu minimizar o caráter inventivo dessas narrativas históricas medievais para aqueles que posteriormente as examinaram ou utilizaram como fonte. Na longa história da recepção dos escritos de Fernão Lopes, percebe-se uma certa tendência, mesmo entre os historiadores, em ressaltar não apenas as qualidades historiográficas do cronista, mas também as literárias. Assim, para além de ser examinada como discurso histórico – acabado, articulado, desenvolvido em torno de uma idéia central (a legitimação da dinastia de Avis) e empenhado na *preservação do passado* –, a obra do cronista aparece ora como documento histórico de onde se extraem dados, ora como gênero narrativo; e aí a ênfase recai na capacidade de elaboração do cronista e nos recursos formais e estilísticos que utiliza.

Alexandre Herculano foi talvez o primeiro a destacar uma e outra. Diz, de saída, que “poucos homens têm nascido historiadores como Fernão Lopes”. E continua: “Nas crônicas de Fernão Lopes não há só história: há poesia e drama; há a Idade Média com sua fé, seu entusiasmo, seu amor de glória” (Herculano, 1985, p. 177). Qualidades que, talvez não sonhadas por Fernão Lopes, cujo trabalho de tabelião influenciou decisivamente a sua concepção de História, foram metas abertamente assumidas por Michelet no prefácio de 1868 à sua *História da Revolução Francesa*:

Aqueles que têm olhos e sabem ver observarão muito bem que este relato, eventualmente comovido demais, talvez, e tempestuoso, no entanto jamais é turvo, de modo algum vago, de modo nenhum indeciso, em vãs generalidades. Minha própria paixão, o ardor que nele punha, não se teriam contentado com isso. Buscavam, queriam o caráter próprio, a pessoa, o indivíduo, a vida muito especial de cada ator. As personagens aqui não são de maneira nenhuma idéias, sistemas, sombras políticas; cada uma delas foi trabalhada, penetrada, até encontrar o homem íntimo (Michelet, 1989, p. 31).

Essa busca daquilo que estaria para além da superfície dos acontecimentos não podia ser alvo para um cronista cuja tarefa era preservar o “substantial propósito” da História.<sup>6</sup>

Mas não foi apenas Herculano quem atentou para as habilidades de narrador de Fernão Lopes. Agostinho de Campos também, na *História da literatura portuguesa ilustrada*, diz que no que respeita à literatura portuguesa o gênero histórico “começa verdadeiramente com Fernão Lopes”, que foi “além de ótimo historiador que quis ser, escritor e prosador genial que não sabia que era”. E cita Aubrey Bell para dizer das suas qualidades de “concisão, vigor e viva simplicidade”, qualidades tantas vezes louvadas pela crítica nos poetas ou prosadores (Campos, 1929, p. 176-181).

Em outros populares manuais literários usuais no Brasil, mostra-se clara a mesma dualidade da obra do cronista. Massaud Moisés, por exemplo, depois de mencionar a concepção regiocêntrica da história do cronista, refere que ele “avulta de importância nos quadros da Idade Média portuguesa também por suas qualidades literárias. Dotado dum estilo maleável, coloquial, primitivo, saborosamente palpitante e vivo” Menciona ainda, sem explicitar, o uso que faz de expedientes “tipicamente literários”, provavelmente herdados da novela de cavalaria (Moisés, 1984, p. 40-43).

Já António José Saraiva e Óscar Lopes, cuja história literária é também popular em Portugal e no Brasil, apresentam-no como a “maior personalidade da literatura medieval portuguesa” – literatura aqui, é bom que se lembre, usada no sentido de produção escrita – e destacam como ele pode ser chamado o primeiro cronista português, pois, ainda que tenha antecessores (alguns até célebres, como é o caso de Dom Pedro, Conde de Barcelos, autor da *Crónica geral de Espanha de 1344*), é o primeiro a não se limitar a compilar e “submete a tradição a uma análise crítica” (Saraiva; Lopes, s/d. p. 124-125). Consideração que, entretanto, não deve levar a pensar que recusasse a tarefa de *ajuntar* histórias, mas antes que, fazendo uso de fontes inclusive castelhanas, conseguiu construir uma perspectiva portuguesa sobre o passado inseparável dos dois reinos, fundando, assim, um ramo da historiografia portuguesa

centralizada no passado português e empenhada na “legitimação” da nova dinastia nascente, a dinastia de Avis. Além dessa qualidade histórica que, segundo os dois historiadores/críticos, lhe permite alcançar “uma visão multifacetada” dos aspectos coletivos da vida nacional e “transmitir-nos o fresco global de um época, em vez de simples narrativas de aventuras individuais vistas segundo a ideologia cavaleiresca”, são ressaltadas as suas qualidades literárias excepcionais, entre as quais se incluem a sua capacidade de descrever múltiplos “aspectos da vida: o interior das cortes, com seus tipos psicológicos próprios, os seus enredos, os dramas íntimos da ambição e do amor [...]; a praça pública movimentada e ruidosa [...]; o campo de batalha [...]; as quermesses coloridas nas cidades em festa”(Saraiva; Lopes, s/d., p. 129). E como se já não fosse suficiente, falam ainda no aspecto teatral das suas crônicas, na construção das personagens e na dramaticidade das histórias. Todas as características que se convencionou qualificar de literárias a partir do século XIX.

A lista dos que consideraram as virtudes narrativas de Lopes ao lado do seu mérito de vasculhar e avaliar fontes para chegar à verdade ditada pelos acontecimentos poderia ser ainda muito mais extensa. Todavia, o que aqui se disse já nos permite perceber que esses juízos estão centrados nas capacidades de Lopes de transmitir a vivacidade de uma época, qualidade de historiador, e nos artifícios que utiliza para alcançar esse efeito, qualidade de prosador. Juízos que continuam a vigorar em estudos mais específicos, como se pode notar em *A concepção do poder em Fernão Lopes*, de Luís de Sousa Rebelo, em que o autor diz que, “como obra literária e documento histórico, as crônicas de Fernão Lopes nada perderam do seu interesse perante a erudição moderna, quaisquer que sejam as leituras que do período nelas abrangido tenham feito os estudiosos”(Rebelo, 1983, p. 16). Ou em *Fernão Lopes: contador de história*, em que Teresa Amado destaca que o discurso narrativo de Lopes mantém-se independentemente das suas fontes, “pictórico, dialogante, irónico, comovido, perspicaz, realista, dominado por uma tendência para o registo afectivo que é vigiada pelo igualmente constante objectivo de produzir uma narrativa qualitativa e quantitativamente verídica” (Amado, 1991, p. 229).

A tomar, portanto, esses juízos, senão como certos, ao menos como sugestivos, Lopes poderia ser visto como aquele que teria realizado, por antecipação, tanto o sonho de um Gabriel Monod, Lavisse, Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos de fazer uma História assegurada pelo uso de documentos legítimos, quanto o sonho de Paul Veyne e Georges Duby, da História como “um romance verdadeiro”, antes mesmo de Michelet.

Mas a recepção ou o uso que se faz de um autor, como se tem notado, atende em grande parte aos valores daqueles que o fazem e não propriamente aos daquele que escreveu. E, em se tratando do cronista em questão, nem todas as “virtudes” e virtualidades apontadas nas suas crônicas podem ser pensadas como proposições do autor, antes parecem mais adequadas aos valores daqueles que posteriormente as identificaram.

É esse o caso, por exemplo, do louvor que tem recebido pelo uso crítico das fontes ou a preferência pela fundamentação em fontes escritas. O louvor justifica-se na medida em que ele é dos cronistas do passado aquele que mais se aproxima do ideal histórico dos românticos, que defendiam que “a consulta dos arquivos nacionais”, a erudição, era o “instrumento da retomada de sentido” (Dosse, 2001, p. 13) – ideal do qual a História posterior é tão devedora. Para os românticos, a busca da exatidão dos dados históricos não podia ser separada de sua reconstrução hermenêutica. É por isso que Herculano, citando Francisco Dias, diz que Lopes foi o primeiro, na moderna Europa, que dignamente escreveu a história e completa: “Além do primor com que trabalhou sempre por apurar os sucessos políticos, Lopes adivinhou os princípios da moderna História: a vida dos tempos de que escreveu transmitiu-a à posteridade, e não, como outros fizeram, somente um esqueleto de sucessos políticos e de nomes célebres” (Herculano, 1985, p. 177). Aí estaria a capacidade hermenêutica de Lopes louvada pelos românticos, capacidade ainda conjugada à não menos louvável busca de exatidão no esquadramento dos arquivos, como deixou documentado Zurara (Zurara, 1915, cap. III).

Também mais adequadas aos valores dos que estudaram as crônicas de Lopes parecem ser as qualidades literárias que se lhe têm atribuído. Teresa Amado, por exemplo, ressalta a sua capacidade de fazer uso de outros gêneros – como os livros de linhagens, o sermão, a epístola, a profecia e a narrativa de milagres – e de certos ornamentos ou recursos estilísticos na composição da sua crônica – como a ironia, a alegoria e a paródia (Amado, 1997, p. 9-28). E mais, refere a sua componente mais importante: a narrativa, que seria a marca mais evidente de como a crônica é um gênero composto, ou seja, compromissado com a verdade, mas não podendo dispensar a criação, a articulação entre as situações e a criação de um enredo.

Se, portanto, é irrefutável que Fernão Lopes demonstra alguma consciência de que o seu fazer é narrativo e de que isso traz implicações para o seu alvo declarado, a verdade é igualmente inegável que todo o seu trabalho é no sentido de fazer com que os recursos narrativos de que dispõe sirvam a esse objetivo primordial. Qualquer juízo sobre o caráter *literário* da sua obra, portanto – caráter que estaria ligado à sua capacidade



imaginativa, às suas habilidades narrativas, à dramaticidade das cenas, à verossimilhança das personagens, etc. – deve ser relativizado, porque põe em cena o problema do uso do conceito de Literatura na Idade Média com as implicações que adquiriu a partir do século XIX, dado que não se pode falar em especificidade literária no que respeita à produção medieval. Quando o termo *literatura* é usado para referir a produção escrita de Fernão Lopes e seus contemporâneos, deve-se ter em mente, portanto, que na Idade Média o sentido do termo é etimológico, ou seja, próximo do Latim *littera* (em Grego *gramma*, de onde *gramática*), “letra do alfabeto”, mantendo, assim, uma conexão com caracteres escritos ou impressos. Somente a partir dos fins do século XVIII, a palavra *literatura* despoja-se da identificação com a *gramática* e, só no século XIX, a cultura da época romântico/burguesa vai identificá-la com os escritos de imaginação e de invenção; o que foi decisivo para a história da noção de literatura (Fortini, 1989, p. 177).

Esse aspecto é ainda mais relevante quando se tem em conta que a produção escrita medieval está bastante distante dessa noção oitocentista de Literatura de que somos herdeiros – associada ao prazer estético, à criação imaginativa, a um certo descompromisso prático e a outros traços de elaboração que configurariam a tão falada especificidade literária –, pois ela se funda, acima de tudo, na idéia de pragmatismo, de funcionalidade. E a função da narrativa de Lopes, como ele tantas vezes declara, era alcançar a verdade, portanto, não lhe era dado negligenciar os artifícios e riscos dessa sua forma de expressão. Imposição que, a tomar pela frequência das reflexões em suas crônicas sobre os recursos, parcos ou não, de que dispunha para escrever sua história, não passou ao largo do cronista.

## Notas

---

<sup>1</sup> Braudel opunha-se à História restrita aos *eventos singulares*, ao *factual*. Para ele, a História deveria ultrapassar tanto o evento quanto o tempo curto que o define: o tempo da crónica. Visava ele *os fatos de repetição assim como os singulares, as realidades conscientes assim como as inconscientes* (Braudel, 1978, p. 97). Tendo esse objetivo, Braudel promove uma História “quase imóvel” em resposta à valorização da Antropologia Social e depreciação da História por Lévi-Strauss, que considerava esta como condenada ao empirismo. Braudel propõe o conceito de longa duração como comum a todas as ciências sociais, mas em torno da figura tutelar do historiador (Braudel, 1978, p. 24). Sua proposta era, segundo ele próprio afirma, mostrar *que toda a nova pesquisa de Claude Lévi-Strauss – comunicação e matemáticas sociais misturadas – só é coroada de êxito quando seus modelos navegam nas águas da longa duração. Qualquer que seja a abertura escolhida para o seu andamento – a micro-sociologia [sic] ou qualquer outra ordem – é apenas quando atinge esse rés-do-chão do tempo, meio adormecido, que a estrutura se destaca: liames primitivos de parentesco, mitos, cerimoniais, instituições saem do fluxo mais lento da história. A moda, entre os físicos, é falar de apesanteur [sem gravidade]. Uma estrutura é um corpo subtraído à gravidade, à aceleração da história* (Braudel, 1978, p. 107). A preocupação de Braudel era, assim, não com a história dos eventos, tão sujeita ao empirismo condenado pelo célebre antropólogo, mas com a história mais lenta dos destinos sociais e das estruturas (Burke, 1997, p. 48).

<sup>2</sup> Segundo Certeau, *a História, a partir de arquivos, só fabrica planos do passado, só põe em marcha (o que é capital) a crença ou a credulidade do público. Por meio de ficções, ela*

*faz acreditar*. O historiador chega mesmo a falar em ficção científica relativamente à História, dado que as regras e modelos a que está submetida dão-lhe uma carapaça científica, mas trata-se de uma obra de ficção: *ai se representam, como em cena, o estilo e os fantasmas do ator, a sua arte de dar crédito ao seu discurso, a sua habilidade de fazer esquecer aos leitores aquilo de que não fala, de fazê-los tomar a parte pelo todo de uma época, de fazer crer, através de todas as manhas da narrativa, que um argumento conta tudo o que se passou. A ilusão narrativa e teatral consiste num passe ilusionista que transforma em discurso sobre o real a fabricação de um texto a partir de restos documentais* [grifo nosso]. Le Goff et al., (1989, p. 32).

<sup>3</sup> Sobre esse autor e seu caráter precursor da historiografia medieval, ver *Histoire et chronique: nouvelles réflexions sur les genres historiques au Moyen Age. La chronique et L' Histoire au Moyen Age*, p. 3-6.

<sup>4</sup> Beau lembra-nos de que a afirmação da verdade e da simplicidade são tópicos correntes da historiografia desde Tucídides. O que é de algum modo indício de que os cronistas portugueses não ignoravam essa tradição (*Estudos*, p. 2-39). Sobre a questão, veja-se também C. Segre, Tema/motivo: *Enciclopédia Einaudi*, v. 17, p. 96-100.

<sup>5</sup> Lopes, *Crónica de D. João I. Parte Primeira*, prólogo, p. 2 (...*meu desejo foi em esta obra escrever verdade*), *Crónica de D. Fernando*, cap. CIV, p. 287 (*erradas razões de alguns historiadores*), *Crónica de D. João I. Parte I*, cap. CXXX, p. 224 (*versão comtraíra da verdade*).

<sup>6</sup> Expressão feliz Rui de Pina na *Crónica de D. Afonso IV*, ed. M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977, cap. XVI, p. 370.

## Referências bibliográficas

---

- AMADO, T. *Fernão Lopes contador de história: sobre a crônica de D. João I*. Lisboa: Estampa, 1991.
- AMADO, T. Os gêneros e o trabalho textual. In: RIBEIRO, C. A.; MADUREIRA, M. (Coord.). *O gênero do texto medieval*. Lisboa: Cosmos, 1997, p. 9-28.
- BRAUDEL, F. *Escritos sobre a História*. Tradução de J. Guinsburg e Tereza C. S. da Mota. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- BURKE, P. (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Edunesp, 1992.
- \_\_\_\_\_. *A escola dos annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. Tradução de Nilo Odalia. São Paulo: Edunesp, 1997.
- CAMPOS, A. Os cronistas. In: SAMPAIO, Albino Forjaz (Dir.). *História da literatura portuguesa ilustrada*. v. I. Paris: Aillaud, Lisboa: Bertrand, 1929. p. 175-197.
- CRÓNICA DOS SETE PRIMEIROS REIS DE PORTUGAL, 3 v. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1952. Ed. crítica de Carlos da Silva Tarouca.
- DOSSE, F. *A História à prova do tempo*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Edunesp, 2001. p. 11-38.
- FORTINI, F. *Literatura: Literatura-Texto*. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989.
- GUENÉE, B. Histoire et chronique. nouvelles réflexions sur les genres historiques au Moyen Age. *La Chronique et l'Histoire au Moyen Age*. Textos reunidos por Daniel Poirion. Colloque des 24 et 25 mai 1982. Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, p. 3-12.
- HERCULANO, A. *Opúsculos IV*. (Org. Intr. e notas). Jorge Custódio e José Manuel Garcia. Lisboa: Presença, 1985.
- LE GOFF, J. *A história nova*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- \_\_\_\_\_. *História*. Tradução de Irene Ferreira. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.
- LE GOFF, J. et al. *A nova história*. Tradução de Ana Maria Bessa. Lisboa: Edições 70, 1989.
- LOPES, F. *Crônica do rei Dom João I*. Parte Primeira. Lisboa: Braamcamp Freire. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973.
- LOPES, F. *Crônica do rei Dom João I*. Parte Segunda. Lisboa: William J. Entwisle. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1977.
- LOPES, F. *Crônica do senhor rei Dom Fernando*. Porto: Civilização, 1979.
- LOPES, F. *Crônica do senhor rei Dom Pedro*. Porto: Civilização, 1986.
- MICHELET, J. *História da Revolução Francesa*. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- MOISÉS, M. *A literatura portuguesa*. São Paulo: Cultrix, 1984. p. 40-43.
- POMIAN, K. L'heure des annales. In: NORA, P. *Les lieux de mémoire*. v. I. Paris: Gallimard, 1997. p. 903-952.
- REBELO, L. S. *A concepção do poder em Fernão Lopes*. Lisboa: Horizonte, 1983.
- RICOUER, P. *Tempo e narrativa*. Tradução de Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 1995.

SARAIVA, A. J.; LOPES, Ó. *História da literatura portuguesa*. 7. ed. Santos: Martins Fontes, s/d., p. 33-191.

VEYNE, P. *Como se escreve a história*. Tradução de António José da Silva Moreira. Lisboa: Edições 70, 1983.

WHITE, H. *Metaistória*. A imaginação

histórica do século XIX. Tradução de José Laurêncio de Melo. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1995.

ZURARA, G. E. Crónica da tomada de Ceuta. In: PEREIRA, Francisco Maria Esteves (Ed.). Coimbra: Academia das Ciências de Lisboa, 1915.